



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

ATA Nº 206

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e treze, às 14 horas, na sala de reuniões, 14º andar do prédio das dependências do PREVIMPA, situado na Rua Uruguai, nº 277, nesta Capital, reuniu-se o Comitê de Investimentos deste Departamento, em sua centésima octogésima nona reunião ordinária. Constatada a existência de quorum, compareceram os membros: Liege Mentz – Presidente, Laerte Campos de Oliveira – Diretor-Geral; Carlos Fabretti Patrício, Rogério de Oliveira e Tiago lesbick – Economistas da Unidade Financeira, André Brum de Sá, Ricardo Zucareli Pulvirenti e Luis Fernando de Fraga Silva – Representantes do Conselho de Administração, Aline Michele Buss e Dalvin Gabriel José de Souza – Atuários e Daniela Silveira Machado – Chefe da Unidade Financeira e a Procuradora Anelise Jacques da Silva. A Presidente, Liege Mentz, declarou abertos os trabalhos sendo a pauta da reunião como segue: 1 – Leitura e aprovação da ata; 2 – apresentação pelos economistas da análise realizada do FUNDO BANRISUL MAIS ENERGIA; 3 – Assuntos Gerais. A ata da última reunião (Ata 205) foi assinada. Logo passamos ao segundo ponto de pauta que é a apresentação pelos economistas da análise realizada do Fundo Banrisul mais energia. O economista Rogério de Oliveira iniciou a apresentação colocando que elaborou a informação relacionada a análise do Fundo Banrisul, em especial, procurando registrar a sua posição, que já havia sido manifestada nas reuniões anteriores do Comitê de Investimentos, dando substância às suas conclusões anteriormente indicadas bem como procurando estabelecer o provável retorno que o fundo entregará aos seus investidores. Coloca que se trata apenas de um modelo e todo modelo tem uma hipótese pelo qual se tem a expectativa de que o Fundo Banrisul Mais Energia não atinja a rentabilidade prometida de IPCA +8%. Continuando, foi feita a análise do setor de energia elétrica utilizando dados das empresas EQUATORIAL, CEMIG, COELCE, que são empresas de capital aberto, bem como a empresa BRASIL PCH que é uma empresa de capital fechado. Testou as referidas empresas aos relatórios contábeis que haviam sido enviados anteriormente pelo BANRISUL, como modelo, e entendeu que os dados eram coerentes entre si. Procurou caracterizar a gestão de caixa destas empresas e constatou que o setor de energia trabalha pressionando o caixa. Discorda da forma como é feita a apresentação por parte do distribuidor do fundo de investimento em participação BANRISUL MAIS ENERGIA quando não apresenta as informações financeiras específicas dos ativos que compõem a carteira de investimento com a alegação de que é confidencial. Ricardo Zucarelli questionou se no cálculo do retorno foi considerado os dividendos que serão pagos pelas SPEs. O Economista Rogério colocou que não, o trabalho se refere a um modelo até por que estes valores já estão na geração do caixa.

Rogério coloca que não tem nenhuma restrição quanto ao PREVIMPA vir a aplicar em Fundo de Investimento em Participação, mas entendeu que o FIP BANRISUL MAIS ENERGIA não seria o mais indicado para o PREVIMPA, considerando a meta atuarial de IPCA + 6%. O Economista Tiago Lesbick se reportou à característica dos FIPs, colocando que eles são os produtos de investimento mais arriscados que a resolução 3922 permite aplicar e por isto entende que o retorno indicado pelo distribuidor é muito baixo de tal forma que ele acha indiferente entre aplicar neste FIP ou em um título público. O Economista Carlos Fabretti Patricio comentou sobre a natureza frágil das PCHs quando comparadas com o universo das hidrelétricas: são mais suscetíveis aos efeitos de cheias por que a área do reservatório é menor e por isto não consegue absorver com a mesma eficácia o volume de água nas correntes dos rios quando da época de cheias. Isto está evidenciado nas notícias relativas aos rompimentos de barragens como as das PCH Belém; PCH Espora; Camará e; inclusive, o caso inusitado do rompimento da hidrelétrica Cebel, de Roraima, que era investimento da Fundação Celos, dos funcionários da Celesc (Cia de energia elétrica de Santa Catarina) que amargaram um prejuízo considerável por que a construtora não tinha renovado o seguro, adicionalmente ao que o Economista Rogério de Oliveira havia comentado a respeito do risco geológico. Outro aspecto que foi colocado é a necessidade da certificação na APR por parte do gestor de que a aplicação não comprometerá a solvência do RPPS, visto que o horizonte de investimento pode ser alongado para um período muito longo, inclusive, superando o prazo de amadurecimento do fundo capitalizado. Isto ocorre por que o PREVIMPA poderia aplicar no máximo 25 milhões em FIP e em função disto, havíamos deliberado que, se viéssemos a investir neste fundo, seriam apenas 10 milhões. Como o alvo de PL mínimo dado pelo gestor é de 200 milhões e a distribuição de cotas é feita com base em esforços restritos, nossa condição no fundo seria a de minoritário. Esta condição de minoritário cria a possibilidade de que o fundo não seja encerrado no prazo previsto podendo frustrar as necessidades de liquidez para honrar os compromissos com os beneficiários, pois teríamos que incorrer ao mercado secundário para vender as cotas do fundo. Ainda o economista reforça que a rentabilidade que o fundo poderá providenciar depende muito mais da boa gestão por parte das instituições envolvidas pois serão negociadas compra e venda dos ativos, feita a administração custos de construção de novas usinas, entre outros. Ainda, que toda aplicação em fundos de risco mais elevado trazem consigo um custo de oportunidade. O Economista Rogério de Oliveira colocou que está olhando o regulamento e entendeu que o mesmo é ambíguo em relação a distribuição dos dividendos: ora fala que o dividendo é repassado diretamente ao investidor, ora diz que pode ser incorporado ao PL do Fundo. Relativamente a questão da Solvência, a Atuária Aline Michele Buss colocou que é somente a partir de 2023 que o ingresso de arrecadação líquida começará a diminuir e ainda com a premissa de que não haverá mais ingresso no regime capitalizado. Entende que a explicação para o Déficit Atuarial é decorrente da falta de provisão de Compensação Previdenciária de outros entes da federação. Neste sentido, aproveitou para colocar que indagou o assunto junto ao ex-Diretor dos Regimes de Previdência do Serviço Público, Delúbio Gomes, em seu curso de pós-graduação, e que este informou que acredita que a viabilização da compensação previdenciária entre os RPPS ainda está longe de se concretizar,

principalmente por entender que a União não teria competências para cobrar esse convênios entre municípios e estados. Relatou ainda que seria necessário que algum grande banco público fizesse parte do processo para receber e transferir os recursos de um Ente para o outro, pois as compensações podem envolver Municípios e Estados de todas as regiões do Brasil. Assim, em tese, enquanto o MPAS não promover os procedimentos atinentes a este tema, sempre que ingressar um novo servidor este trará consigo um passivo atuarial. O atuário Dalvin Gabriel José de Souza colocou que o Déficit deve ser conhecido em sua composição, pois entende que ele não comprometerá o investimento face ao seu horizonte, mesmo que exista a previsão de que a folha de inativos dos capitalizados seja maior que o montante de contribuição previdenciária já e para o ano de 2023. Também manifestou sua opinião no sentido de que é importante trabalhar com a diversificação da carteira, fazendo referência ao modelo de Markovitz assumindo um pouco mais de risco, no caso, podendo-se aplicar nos FIPs. Também colocou sua preocupação no sentido de convergir com a área de investimento para sintetizar a ALM para o RPPS de Porto Alegre a fim de dar o correto limite ao horizonte de investimento para os ativos que o PREVIMPA pretende colocar em carteira. A atuária Aline Michelle Buss, também colocou que o mais importante para a avaliação de quanto de retorno o FIP do BANRISUL poderá gerar é verificar quais foram as premissas que o gestor utilizou para produzir o resultado apresentado. Carlos sugeriu que para as novas discussões de FIPs seja feita um estudo preliminar nas áreas competentes - financeira, econômica, contábil e jurídica - para após pautar a discussão no Comitê de Investimento, inclusive, com a presença das instituições para fazer a apresentação. Entende que isto racionalizaria o processo de discussão deste tipo de produto que pelas suas características implicam em um estudo ou conhecimento bem detalhado do setor alvo do fundo de investimento, entre outros aspectos, liberando, assim, mais tempo, principalmente para a área econômica no sentido do aprimoramento e aperfeiçoamento de modelos de análise para o acompanhamento da renda fixa e da renda variável. O Tiago colocou que atualmente trabalha sozinho vendo o cenário para a renda fixa e a renda variável, acompanhando os títulos por meio do comportamento das NTN-Bs. Face a esta discussão o economista Rogério se prontificou a analisar todos os FIPs que forem apresentados. Os presentes entenderam que o tema é objeto de discussão interna da autarquia. Por fim, o economista Tiago Lesbik procurou simplificar a discussão sintetizando o debate para dar encaminhamento: se queremos ou não queremos este FIP: O plenário entendeu que deverá ser contatado o BANRISUL para esclarecimento com relação a rentabilidade indicada. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado, declarou-se encerrada a presente reunião às quinze horas e quarenta minutos, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos representantes presentes.

Liege Mentz
Presidente

Laerte Campos de Oliveira
Diretor-Geral

Tiago Iesbick e
Economistas da Unidade Financeira

Carlos Fabretti Patrício

Daniela Silveira Machado
Chefe da Unidade Financeira

Dalvin Gabriel José de Souza
Atuária

Rogério de Oliveira
Economista da Unidade Financeira

Aline Michele Buss
Atuária

Luis Fernando de Fraga Silva e
Representantes do Conselho de Administração

André Brum de Sá

Ricardo Zucareli Pulvirenti
Representantes do Conselho de Administração

Anelise Jacques da Silva
Procuradora.